

AONDE VAI A ANÁLISE DE DISCURSO? EM TORNO DA NOÇÃO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA

Jacques Guilhaumou*
C.N.R.S. / ENS-LSH Lyon

RESUMO: *Este artigo examina o percurso da noção de formação discursiva na Análise de Discurso francesa, noção esta banida por autores franceses na década de 1980. O autor reconsidera a pertinência da noção, agora reformulada, a partir de uma reflexão sobre o modo de produção de conhecimento em AD e sobre a capacidade heurística da noção no aparato teórico-metodológico da disciplina.*

ABSTRACT: *This article examines the trajectory of the notion of discursive formation in French Discourse Analysis (AD), notion that was banned by French authors in the decade of 1980. The author reconsiders the pertinence of the notion, now reformulated, through his reflection on the manner of producing knowledge in AD and on the heuristic capacity of the notion in the theoretic-methodological apparatus of the discipline.*

A análise de discurso adquiriu, a partir dos anos 90, o direito de cidadania no meio universitário, depois de ter se constituído, em seu momento fundador, às margens das disciplinas. No início dos anos 80, prevendo essa virada, Michel Pêcheux reúne em torno dele, no grupo “Análise de discurso e leitura de arquivo”, pesquisadores de horizontes diversos, mas preocupados em dedicar um lugar central à interrogação inicial sobre as materialidades discursivas (Conein et al., 1981; Pêcheux 1990). Esta também é a época em que o sociólogo Bernard Conein e o historiador lingüista que nós somos asseguram a direção de um sub-grupo sobre “O arquivo sócio-histórico”: consideramos então que a descrição discursiva é sobretudo redescoberta de categorias enunciáveis a partir das propriedades empíricas dos textos analisados. Esta escolha hermenêutica tende a fazer desaparecer a noção de formação discursiva, demasiado carregada de exterioridade. Michel Pêcheux

pergunta-se então como situar um espaço conceitual próprio à análise de discurso dada a consideração dessa configuração de enunciados atestados, e de sua reflexividade própria; ele vai re-trabalhar categorias centrais da análise de discurso, em particular a noção de formação discursiva, permanecendo na linha de reflexões iniciais de Michel Foucault neste domínio.

Nosso objetivo no momento não é efetuar um balanço desta “virada hermenêutica” da história do discurso, mesmo porque nós o fizemos em outro lugar (1993), e que ele coloca agora o problema complexo da relação desta história linguageira com a história dos conceitos em seu conjunto (Guilhaumou, 2000b ; Keller, 2004). Nós desejamos somente retomar o itinerário dos historiadores do discurso, ainda aí fora de qualquer abordagem global – objeto de estudo em si (Guilhaumou, 2003) –, mas do ponto de vista desta noção de formação discursiva.

No entanto, convém primeiro precisar nosso posicionamento no campo da análise de discurso, aproveitando a oportunidade da publicação recente de dois Dicionários de termos e de conceitos desse campo.

1. Um balanço crítico

Enquanto os balanços se multiplicam – para citar só o caso alemão (Keller et al., 2001-2003) – a publicação em francês de dois dicionários de análise do discurso, de seus termos e seus conceitos (Charaudeau, Maingueneau, 2002; Détrie, Siblot, Verine, 2001) estabelece um panorama muito completo de um campo de pesquisa situado na fronteira de várias disciplinas, sendo ao mesmo tempo fortemente marcado pela sua ancoragem na lingüística. De certo, os autores reunidos nesta ocasião situam-se mais em uma rede, com suas múltiplas interconexões, do que no seio de um movimento unificado. Mas não é menos verdade que os objetivos “unitários” apresentados pelos editores merecem ser levados a sério, mesmo porque eles realizaram, com a ajuda de numerosos autores, um grande trabalho e de grande utilidade para o conjunto da comunidade de pesquisadores. Somos um destes autores (2002a), nos termos da relação história-discurso no *Dicionário de Análise do Discurso*^{NT1}, e, por essa razão, somos parte integrante deste empreendimento. Contudo, tomando distância do espírito geral deste empreendimento, nós nos permitimos fazer um balanço mais crítico, prontos a voltar ao problema da especificidade da análise de discurso.

Propomos-nos assim examinar em primeiro lugar o balanço atual da análise de discurso proposto pelos dois dicionários, privilegiando sua comparação, no sentido de sua complementaridade, e até mesmo de seus limites.

Para Patrick Charaudeau e, sobretudo, Dominique Maingueneau, a realização de um *Dicionário de análise do discurso* marca fortemen-

te a emergência de uma disciplina que teria posto um tanto de lado sua dimensão crítica inicial para estender-se “ao conjunto de produções verbais”. Disciplina que teria então “desenvolvido um aparelho conceitual específico, feito dialogar mais e mais suas múltiplas correntes e definido métodos distintos” (entrada *Análise do discurso*). Ao diálogo, assim iniciado, entre diversas correntes da análise de discurso – riqueza desta publicação – acrescenta-se então a incitação, junto a cada autor, a demarcar melhor, em sua contribuição, a perspectiva da análise do discurso em relação aos pontos de vista da lingüística, da filosofia da linguagem, da análise textual etc.

Para além desse diálogo fecundo, os responsáveis por esse dicionário querem impor a idéia de que a estabilização da análise do discurso no seio das disciplinas constituídas necessita da marginalização de seu valor crítico inicial, como lugar de interrogação e de experimentação. Ao contrário, nós consideramos que a perpetuação do campo da análise de discurso passa permanentemente por uma interrogação histórica e epistemológica. É por isto que nós retornamos sem cessar ao *gesto inaugural da análise de discurso*, sua inscrição na materialidade da língua, a fim de explicitar as diferentes figuras desta materialidade, inclusive sob uma forma aleatória, no fio da história da análise de discurso.

Afirmando que a análise do discurso não apareceu, ao menos na França, sobre a base de um ato fundador, os editores deste dicionário contornam voluntariamente esta realidade inaugural, deixando aos diversos autores o cuidado de aí retornar ou não segundo sua sensibilidade ao problema. As escolhas epistemológicas dos editores do *Termes et concepts pour l'analyse du discours* (2001), dicionário de orientação praxemática, por conseguinte inscrito na perspectiva da produção do sentido, são mais precisas neste domínio. Elas respondem melhor à nossa expectativa epistemológica. A entrada *Epistemologia*, ausente do primeiro Dicionário, enfatiza aqui a necessidade de operar um vai-e-vem entre a interrogação filosófica e a experimentação prática e, no caso em questão, de se interrogar *sobre a epistémé dos objetos discursivos*.

Esses autores não hesitam então, em uma entrada significativamente intitulada *Idealismo e materialismo em lingüística*, logo de uma evidente ressonância filosófica, em nos remeter aos fundamentos materialistas da língua, e principalmente a seu estatuto material, sublinhando ao mesmo tempo em que a ocultação deste gesto “realista” inaugural tem conseqüências maiores nas escolhas teóricas em análise do discurso. A entrada *Dialética*, presente nos dois dicionários, sublinha ainda mais o contraste: noção somente argumentativa e lógica para o autor do *Dicionário de Análise do discurso*, ela constitui, para o autor de *Termes*

e concepts pour l'analyse du discours, uma noção fundamental para compreender a articulação da linguagem ao real.

O estudo da produção do sentido a partir da referenciação lingüística de suas marcas no discurso efetivo aparece aqui singularmente referido pelo primado ou não de um ponto de vista materialista. *Se alguém fala, é que algo existe*: a linguagem é, pois, ontologicamente referida ao real, certamente de maneira dinâmica, acional. Esta consideração central aproxima-se de nossa insistência, na linhagem de uma história lingüística dos usos conceituais, na conexão empírica entre a realidade e o discurso (2001). Uma análise do discurso epistemologicamente fundada sobre o estatuto material da linguagem nos parece, com os autores de *Termes et concepts pour l'analyse de discours* e apesar de seu campo mais restrito de intervenção, mais apto a responder às interrogações contemporâneas sobre os funcionamentos discursivos, que a confrontação das correntes de análise de discurso com categorias discursivas generalizantes definidas num espaço disciplinar. Partindo da relação entre a linguagem e a práxis, termo aqui ainda retomado da filosofia mas reformulado em um quadro lingüístico, Paul Siblot critica com razão as “teorizações regidas por um processo de abstração idealista” que tendem a restringir o campo de análise do sentido, recusando levar em conta a dimensão lingüística de experiências práticas de apreensão e de transformação do mundo em sua materialidade. A esse respeito, se nós compartilhamos, com Georges-Elias Sarfati (1997,106), da constatação de que “Dominique Maingueneau, a partir de uma leitura de Michel Foucault, *derivou* e introduziu muitos conceitos no domínio da análise de discurso”, é-nos impossível aderir à seqüência de sua proposta: “o alcance deste dispositivo conceitual abre à disciplina perspectivas de desenvolvimento importantes, conferindo-lhe bases sólidas”.

Efetivamente, pode-se perguntar se a vontade de disciplinarizar a análise de discurso não procede aqui de um certo distanciamento generalizante face aos materiais empíricos e de seus recursos próprios, por uma metacategorização *ad hoc* que, ao mesmo tempo, dilui as noções da lingüística e limita a apreensão da historicidade dos textos. Além disso, categorizar fora dos enunciados empíricos reunidos nos corpus, portanto mais longe de uma lingüística de corpus (Habert, Nazarenko, Salem, 1997), tende a restringir o espaço conceitual da análise do discurso. Assim se opera uma redução da dimensão crítica dos conceitos pelo fato de subtrair a apresentação do programa epistemológico da análise de discurso a partir da conexão entre realidade e discurso, ou mesmo da relação social entre conhecimento e interesse. Habermas (1976) não nos lembra que o perfil fundamentalmente hermenêutico do conhecimento nas ciências humanas nos impede de abstrair um elemento de

saber de um contexto ao mesmo tempo cognitivo e histórico, e que por esta razão cada domínio de saber responde a um interesse específico? Deste ponto de vista, a análise do discurso não pode poupar-se de uma abordagem da sociedade crítica, com base no potencial reflexivo dos atores históricos presentes nos enunciados atestados, sem correr o risco de negligenciar as condições linguageiras de possibilidade da emergência de fatos sócio-históricos.

Um bom exemplo é o da entrada *Atualização* presente nos dois dicionários. Para Dominique Maingueneau, esta noção serve para designar “a conversação, em cada tomada de palavra, do sistema lingüístico em um enunciado singular”. E ele acrescenta significativamente: “mas seu valor permanece instável”. É efetivamente esta instabilidade da categoria da atualização que faz dela, para ele, uma noção de interesse limitado em seu esforço de constituição de um conjunto de categorias estáveis de analista do discurso. Após ter situado esta noção do lado da praxemática, ele explicita que ela tem o “inconveniente de se encontrar no coração dos temas os mais controversos da reflexão contemporânea sobre a linguagem”!!!. Contrariamente, os autores de *Termes et concepts pour l'analyse du discours* designam todo o interesse da noção de atualização, definida como o que permite “passar das potencialidades da língua à realidade do discurso”, inscrevendo assim a análise de discurso em uma perspectiva dinâmica que põe permanentemente a questão da continuidade/descontinuidade entre a língua e o discurso.

É necessário, no entanto, reconhecer que a clivagem entre uma visão estática e uma abordagem dinâmica das categorias da análise do discurso atravessa os dois Dicionários. Assim como no exemplo do *Contexto*, definido, do lado da praxemática, como o simples fato da “relação entre duas ordens de fenômenos que se informam mutuamente”, ao passo que o autor do *Dicionário de análise do discurso* enfatiza a reflexão recente sobre o assunto, que tende a sublinhar o papel processual do contexto. Isto se dá da mesma maneira com a noção de *Corpus*, muito importante para poder apreender fenômenos discursivos sobre uma vasta superfície textual. Tomada de um lado como um simples gesto técnico do analista do discurso no momento da coleta de enunciados atestados, ela pode também, por outro lado, para o autor do *Dicionário de análise do discurso*, ser problematizada de tal forma que coloque em jogo a concepção mesma da discursividade. É o caso particularmente dos corpora de arquivo que derivam de um gesto de leitura que abre novas perspectivas sobre a dinâmica dos gêneros e as tomadas de palavra dos atores ordinários, para além da ênfase posta inicialmente nos discursos fortemente legitimados.

Não é menos verdade, porém, que as categorias reivindicadas como pivôs da análise de discurso nesse dicionário são freqüentemente as categorias julgadas as mais estáveis e as menos consideradas nos debates entre lingüistas. Nós estaríamos então diante de uma *disciplina pacificada*. Esta escolha pode revelar-se em certos casos muito problemática, tanto em relação à tradição lingüística, quanto em relação aos debates atuais. Assim por que se limitar, de um lado, apenas à noção de *Campo discursivo*, categoria *ad hoc* da análise de discurso, enquanto que, do outro lado, fala-se de maneira mais clássica de *Campo*, *Campo lexical*, *Campo semântico*, *Campo nocional*, noções que o analista do discurso tem usado de forma corrente em suas descrições textuais? Da mesma forma, nós podemos observar que a entrada *Definição*, no *Dicionário da Análise do discurso*, não faz referência ao colóquio de 1988 (Chaurand, 1990) que se inscreve em uma perspectiva lingüística. Mas aí também, devido à diversidade dos autores, nossa observação crítica não induz a nenhum julgamento generalizante. Por exemplo, a entrada *Referência* interroga-se imediatamente sobre o lugar que ocupa esta noção no debate filosófico e semântico, interpelando-o, pois ao mesmo tempo em seu referente de realidade e sua maneira de designar uma propriedade do signo lingüístico. No conjunto, a relação com os debates atuais em lexicologia e em semântica no seio da lingüística é relativamente bem tratada, o que se revela muito menos verdadeiro para os outros domínios das ciências da linguagem, em particular a sintaxe, muito presente, no entanto, nos primeiros trabalhos em análise de discurso.

É um fato que a posição de Dominique Maingueneau não é a de todos os autores do *Dicionário de análise do discurso*, tanto assim que uma parte entre eles permanece preocupada em conservar a relação entre discursividade e materialidade da língua enquanto “lugar material, onde se realizam efeitos de sentido”, para retomar uma expressão de Michel Pêcheux. A riqueza deste *Dicionário de Análise do discurso* procede então, para além de uma categorização que busca valores estáveis em análise de discurso, da grande diversidade de campos abordados. Uma menção particular pode ser feita ao campo da comunicação linguageira circunscrita por Patrick Charaudeau. A progressão, e, logo, a entrada, deste campo de pesquisa em análise de discurso é feita sobre a base de um enriquecimento progressivo no contato da pragmática, da etnografia da comunicação, da etnometodologia, da sociolingüística e da sócio-psicologia da linguagem, a ponto de nos apresentar um conjunto de perspectivas muito mais ricas que aquelas dos comunicólogos dos anos 1970, mais voltados para a opinião em comunicação de homens políticos. O ponto de chegada – a insistência sobre a co-construção do sentido em todo ato de linguagem – permite apreender diversas modalidades con-

temporâneas do contrato de comunicação, o mais perto possível de enunciados atestados e de sua articulação extralingüística.

No entanto, não é necessário avançar em nossa reflexão considerando, para retomar uma fórmula percuciente de Sylvain Auroux (1998), que “a esfera do conceito é a esfera do sentido”? Nem todo objeto da análise de discurso depende, pois, necessariamente de um posicionamento, no sentido em que Dominique Maingueneau remete as categorias de campo, universo, espaço discursivo, a uma identidade enunciativa que se constitui em seu seio de forma estável. Esta abordagem muito pouco dinâmica (para não dizer muito pouco histórica) da análise do discurso corre o risco de deixar de lado a relação do enunciado e seus objetos, seus sujeitos e seus conceitos: este espaço correlativo, segundo Michel Foucault (ver a entrada *Análise arqueológica*), que põe em evidência posições intrínsecas muito variáveis no próprio seio do enunciado e, logo, dá conta da “des-localização tendencial do sujeito enunciativo”, para retomar uma expressão de Michel Pêcheux, na introdução do colóquio *Matérialités discursives* (Conein, Pêcheux et al., 1981, 17). Tudo se passa presentemente como se o discurso generalizante deste *Dicionário de Análise de Discurso* devesse tornar disponível um certo número de categorias discursivas a fim de responder à necessidade deste ou daquele termo do analista do discurso que descreve práticas discursivas. Não convém antes se interessar, em análise de discurso, pelas condições languageiras de produção dos conceitos que permitem apreender o conjunto de uma realidade social pela mediação da língua como fato material, contexto e recurso?

Sob sua aparência mais reduzida, o *Dicionário de Termes et concepts pour l'analyse du discours* nos permite melhor apreender, certamente de um ponto de vista praxemático, as relações que se estabelecem entre os conceitos, no seio de uma análise de discurso que permanece, com certeza, próxima dos objetos e dos sujeitos empíricos. Enfatiza-se, por isso mesmo, a dimensão crítica da análise de discurso, apoiada sobre as questões sociais e ideológicas, no momento em que essa análise crítica do discurso conhece importantes desenvolvimentos no mundo anglofone (Fairclough, 2003) e germânico (Jäger, 1999). Isso contrasta com o projeto dos editores do *Dicionário da análise do discurso* que tendem a instrumentalizar o metadiscurso dos interventores, propondo uma ideologia estritamente disciplinar, mesmo se estes autores permaneçam ligados a uma história social do discurso em sua intervenção.

Dessa abordagem crítica de um encaminhamento de conjunto apresentado sob a forma de dicionário, nós nos propomos agora retomar o argumento principal – a necessária relação com a materialidade da língua – na descrição de nosso próprio encaminhamento em análise

de discurso. Mas nós o fazemos a partir de uma noção em análise de discurso, a formação discursiva, de que Paul Siblot escreveu judiciosamente, em seu Dicionário, que ela permanece mais um campo de estudo e de interrogações do que uma “noção teoricamente estabelecida”. É por isso que, entre os analistas de discurso, tem-se proposto recentemente pôr esta noção em debate: graças a nossa participação neste debate, realizado na Universidade de Montpellier, em 26 e 27 de abril de 2002, sobre o tema “De l’analyse du discours à celle d’idéologie: les formations discursives”, que nós temos podido levar a efeito a presente reflexão.

2. Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva. Relato de uma transvaloração imanente

Desde nossos primeiros trabalhos em colaboração com Denise Maldidier, praticamos o exercício intelectual que consiste em retornarmos ao trajeto histórico da análise de discurso, partindo do encaminhamento inaugural dos anos 1970. Este retorno reflexivo foi endereçado essencialmente nestes últimos anos a nossos colegas estrangeiros, manifestadamente os mais interessados, não se daria senão numa perspectiva em relação às outras correntes da história linguageira dos conceitos (Guilhaumou, 2000b).

No presente caso, iremos nos ater a diversas pausas reflexivas – no cerne do trajeto dos historiadores do discurso – onde a noção-conceito de *formação discursiva* conhece um devir de contrastes. Muito presente nas primeiras pesquisas em análise de discurso, esta noção desaparece rapidamente no início dos anos 1980, e, em nosso caso, de maneira definitiva no momento do retorno reflexivo que nós efetuamos em 1983 no colóquio *Histoire et linguistique* sobre nossos primeiros trabalhos (1984a). No entanto, as intervenções no colóquio de Montpellier mencionado mais acima repõem o problema da pertinência ou não de um uso dinâmico da noção de formação discursiva. Retornaremos a isso em uma última parte à nossa maneira, isto é, centrando nossa atenção sobre os avanços recentes em matéria de co-construção do discurso, dos quais nós participamos com base na análise de um corpus de relatos de vida de ditos “excluídos da sociedade contemporânea”.

Nosso objetivo nesse momento é principalmente interrogar esse abandono (“mise en retrait”) de uma noção cardeal do encaminhamento inaugural da análise de discurso, com base em fontes de arquivo da própria análise de discurso. De fato, nós dispomos de dois tipos de fontes:

- De uma parte, os textos iniciais dos historiadores, essencialmente publicados por Régine Robin e por nós, sobre o discurso como objeto da história, onde se formula, no início dos anos 1970, a relação de nossos primeiros estudos concretos com a definição canônica da formação discursiva (Haroche, Henri, Pêcheux, 1971) em sua articulação com o marxismo. A isso acrescentamos um texto inédito que redigimos no retorno do colóquio do México em 1977 e que deve aparecer brevemente em português numa obra coletiva sobre Michel Pêcheux.

- De outra parte, retornos críticos iniciados no fim dos anos 1970 em colaboração com Denise Maldidier, no quadro de uma história da análise de discurso.

Não se trata de propor aqui um *relato de conversão*, que, entrelaçando a fonte inicial e a fonte crítica, far-nos-ia caminhar de verdades marxistas primeiras a verdades mais atuais, todas marcadas de pós-modernismo, trajeto que justificaria a não-operatividade da noção-conceito de formação discursiva no início dos anos 1980 nos textos de historiadores do discurso. Não é nem mais questão de saber se a noção de formação discursiva é consubstancial à análise de discurso, isto é, se ela faz parte das categorizações fundamentais desta nova disciplina. Trata-se antes, em uma perspectiva crítica, de se perguntar quais são os recursos interpretativos inicialmente veiculados por esta noção, e logo de se interrogar sobre seu futuro para além de seu uso explícito.

Nós nos interessamos então pelo que se pode chamar, com Julian Bourg (2002), no momento em que ele caracteriza o espírito de maio de 1968, de *transvaloração imanente* (*transvaluation immanente*)^{NT2}. Transvaloração no sentido em que os valores ligados a um interesse emancipatório se transmitem no interior mesmo de um deslocamento da noção de formação discursiva para seu esgotamento conceitual. Imanência na medida em que o gesto fundador da análise de discurso, sua inscrição na materialidade da língua, continua, em nossa opinião, onipresente até hoje. A mobilização inicial dos recursos do marxismo em torno da noção-conceito de formação discursiva sofre então metamorfoses em algo que não é a negação, pelo fato mesmo de conservar a materialidade e as potencialidades emancipatórias de um objeto mediador por excelência, o discurso.

No entanto, descrever a transmutação de valores supõe a utilização de um relato com o objetivo de manter permanentemente o percurso da narração ao conceito na linha do horizonte do sujeito falante. Pareceu-nos então possível construir um relato no seio do círculo restrito de historiadores do discurso, na medida em que o elemento *formação discursiva* aí se desloca de maneira limitada, por conseguinte facilmente perceptível. Além disso, o trajeto conduz, pelo esgotamento da noção de

formação discursiva, à formulação *princeps* do horizonte do sujeito falante em análise de discurso, a expressão “des-localização tendencial do sujeito enunciador” enunciado por Michel Pêcheux (Conein, Pêcheux e al., 1981, 17).

2.1. A formação discursiva confrontada à complexidade dos agenciamentos discursivos (os anos 1970)

No curso dos anos 1967-1968 em que ele ensina em Tunis, Michel Foucault aproveita a disponibilidade que lhe deixa a ausência das solicitações parisienses para desenvolver “um trabalho de metodologia concernente às formas de existência da linguagem em uma cultura como a nossa” (1994, I,584). Ele estabelece então um conjunto conceitual a propósito do discurso, sobre o qual ele permanecerá discreto até maio de 1968, mesmo que ele tivesse adquirido a certeza de poder produzir um livro, publicado em 1969, sob o título de *Arqueologia do Saber*. No centro dessa configuração conceitual, encontra-se a noção de formação discursiva ou, ao menos, em sua primeira formulação, a expressão “formação discursiva individualizada” (Id, 675). Trata-se então de enfatizar a importância do “campo de acontecimentos discursivos” (Id, 701), e de seu correlato: a individualização das formações discursivas, em relação com o arquivo definido como “o jogo das regras que determinam em uma cultura o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas” (Id., 708). Assim o critério da formação do discurso é um dos três critérios, com os de limiar e de correlação, retidos por Foucault para dar conta do “universo de nosso discurso”. Sem dúvida o mais “unitário”, ele é “o que permite individualizar um discurso” sob regras tanto do lado dos acontecimentos quanto de objetos e de conceitos. Convém então, sobre a base de um trabalho de arquivo – Michel Foucault é um leitor assíduo da biblioteca nacional tanto em Túnis quanto em Paris – “detectar, no interior de uma formação discursiva determinada, as mudanças que afetam os objetos, as operações, os conceitos, as opções teóricas” (Id., 678). Assim se abre, na análise de discurso, “um domínio imenso [...] constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos em sua dispersão de acontecimentos e na instância que é própria a cada um” (Id, 705). Assim, “o projeto de uma descrição pura dos fatos de discurso” toma corpo.

Ao mesmo tempo, Michel Foucault defende a fecundidade metodológica do marxismo em oposição a seus detratores e vulgarizadores: ele vê nele a tentativa mais completa de “compreender, em sua complexidade, o conjunto de relações que constituíram nossa história” (Id., 583). Esta proximidade particular com Marx, isto é, em um olhar às vezes próximo

e crítico de Althusser (id., 587), devia chamar a atenção de um grupo de pesquisadores, certamente próximo de *La Pensée* e da *Nouvelle Critique*^{NT3} por sua referência constante ao marxismo, mas cuja atenção incide sobretudo sobre a formação histórica de um jogo de desvios, de interstícios e de distâncias nos discursos. Michel Pêcheux nisso é o mais ativo: ele preside assim à chegada da citação *princeps* – “As formações ideológicas comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito...” (Haroche/Henry/Pêcheux, 1971, 102) – de toda referência inaugural à noção de formação discursiva no campo da análise de discurso.

Tudo começa então, do lado dos historiadores, com *Histoire et linguistique*¹ de Régine Robin, obra publicada em 1973. A dimensão conceitual da história do discurso ali é abordada no capítulo 4 sob o título “Formation sociale, pratique discursive et idéologie”. Certamente a noção-conceito de formação discursiva está ausente deste título. Mas é para melhor marcar o empréstimo direto, após a recordação do papel central de Foucault, na definição de Michel Pêcheux da noção de formação discursiva, longamente comentada (Robin, 1973, 104-105), e de sua relação consubstancial com a “teoria das ideologias”, revista e reatualizada por Louis Althusser².

É justamente o momento inicial em que Régine e eu situamos as formações discursivas do lado das formações ideológicas, de certo com sua autonomia própria, isto é, em sua relação com sistemas de representação, mais precisamente com suas condições de produção numa realidade social marcada pela ideologia dominante. A primeira abordagem crítica (Guilhaumou, Maldidier, 1979) deste encaminhamento teórico inaugural mostra que o espaço discursivo estava assim classificado no gênero “ideologia”, e que a questão do sentido era remetido só ao exterior ideológico.

Freqüentemente foi dito que esta abordagem tinha engendrado um fantasma de “teoria do discurso”, a bem dizer que não existiu senão durante um tempo muito breve, já que, desde *Les Vérités de la Palice* (1975), este fantasma é significativamente revogado pelo próprio Michel Pêcheux nos anexos em auxílio a uma correção cuja formulação nos interessa de maneira fundamental:

Seria absurdo pretender fundar uma ‘nova disciplina’ ou uma nova ‘teoria’, qual seja, ‘a teoria materialista do discurso’. Com certeza, empregamos várias vezes esta formulação, mas, nós o dissemos, era menos para delimitar as fronteiras de uma nova ‘região’ científica que para designar alguns elementos conceituais (sobretudo aquele de formação discursiva) (p. 266).

Notemos aqui a designação explícita do caráter transvalorador da noção-conceito de formação discursiva, enquanto elemento conceitual julgado temporariamente estável, no horizonte de um dado imanente, a materialidade significante.

De nossa parte, Régine Robin e eu enfatizamos diretamente a relação com a conjuntura, logo a confrontação de posições discursivas, certamente relacionadas de maneira marxista às posições de agentes no campo das lutas sociais e ideológicas. Régine Robin precisa assim sua posição em um texto de 1974 publicado em 1976, “Discours politique et conjuncture”, de que nós encontramos uma formulação programática em seu artigo *Dialectiques*, co-assinado por Michel Grenon, sob a seguinte forma:

O estudo das formações discursivas em uma formação social, as suas relações de hegemonia, de alianças, de antagonismos, e de seus desdobramentos estratégicos, em uma conjuntura dada, está em via de elaboração (1975, 29).

Opera-se assim um deslocamento maior da definição de formação discursiva no discurso como objeto da história para uma problemática de estratégias discursivas³. Além disso, a noção-conceito de formação discursiva se complexifica nos trabalhos concretos dos historiadores do discurso pelo aporte de noções como *efeito de conjuntura* e de *estratégia discursiva*. Assim, Denise Maldidier, Régine Robin e eu introduzimos muito rapidamente a noção *formação retórica*, que tende a especificar a de formação discursiva para designar as estratégias discursivas descritas enquanto efeitos da conjuntura, manifestações do momento atual. Eu falo mesmo de forma mais extensiva de efeitos do momento da conjuntura e do acontecimento.

Não é, portanto, um acaso se isso está no estudo, publicado em 1976 e efetuado conjuntamente por Denise Maldidier e Régine Robin, sobre um acontecimento de maio de 1968, Charléty^{NT4}, em que se formula mais claramente o deslocamento:

Assim, colocando-nos num nível estritamente formal e sem prejudicar processos semânticos em relação à ideologia e o interdiscurso, nós vemos que, no aparelho imprensa, a formação retórica que é o editorial põe em jogo efeitos de conjuntura que remetem a uma estratégia discursiva (1976/1994, 62).

Trabalhando também no aparelho imprensa, mas na conjuntura de 1793, eu me detenho em descrever estratégias discursivas, conservando

no horizonte o interdiscurso jacobino. O caso mais exemplar é aquele da estratégia de mascaramento (masquage^{NT5}) pelos efeitos populares do discurso jacobino do *Père Duchesne*, de Hébert^{NT6}, em contraste com a ideologia da “democracia direta” dos jornalistas “enraivecidos”, em particular Jacques Roux^{NT7} no mesmo período da Revolução Francesa (Guilhaumou 1975b).

Em um retorno crítico, Denise Maldidier, Régine Robin e eu escrevíamos:

Esta conceitualização – o interdiscurso – designa o espaço discursivo e ideológico no qual se estendem as formações discursivas em função das relações de dominação, subordinação, contradição; ela reencontrava nossas próprias interrogações a partir das pesquisas concretas nas quais estávamos engajados. De onde uma situação contraditória. Tentávamos utilizar todo o aparelho conceitual da teoria do discurso. Mas toda taxonomia se chocava com a complexidade dos agenciamentos discursivos (1989, 10).

É assim que citamos um extrato de um texto inédito sobre “Linguistique et analyse de discours. Lecture d’une crise” – atualmente em curso de publicação – onde eu questiono o fato de se querer “isolar no corpo complexo dos discursos elementos simples tais como discurso burguês/discurso feudal, discurso jacobino/discurso sans-culotte”. O texto tinha sido redigido em janeiro de 1978, logo depois do colóquio do México (1977), que introduz, nós iremos ver, um segundo deslocamento.

Mas concluamos com um resumo, sob a pena de Denise Maldidier, do primeiro deslocamento:

Provenientes da história, Régine Robin e Jacques Guilhaumou refletiam sobre a relação entre ideologia e discurso, mas confrontados, em sua prática de historiadores, com a materialidade complexa dos textos, enfatizavam a intrincação das formações discursivas. Eles falavam de estratégias discursivas, de confrontos, de alianças (in Pêcheux, 1990, 55).

2.2. Uma transvaloração no horizonte da materialidade dos textos (os anos 80)

A seqüência de nosso relato mostra como, no início dos anos 1980, a transvaloração aproxima-se do seu fim, o desaparecimento relativamente rápido da noção-conceito de formação discursiva em proveito de uma nova maneira de fazer a história do discurso.

Michel Pêcheux opera no México em 1977 um retorno a Foucault (“Remontemos de Foucault a Spinoza”). Surge daí uma visão não-identitária da ideologia que não existe então senão sob a modalidade da divisão. E Michel Pêcheux explicita: “a ideologia não existe senão na contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários” (1990, 255). A análise sintética, que propomos, de nossa parte (1980), dos trabalhos sobre os discursos políticos contemporâneos, com o trabalho de Jean-Pierre Faye em seu centro, e suas noções de aceitabilidade do discurso e de efeito de relato (*effet de récit*), opera no mesmo sentido.

Surge uma crítica do uso “unificante” da noção-conceito de formação discursiva. De fato esta noção abre muito espaço para a tentação taxonômica, tipológica; ela reproduz uma abordagem totalitária e externa da formação discursiva dominante que contrasta totalmente com a maneira como Jean-Pierre Faye descreve os mecanismos de aceitabilidade da ideologia nazista (1972). Pois não é mais possível ater-se à caracterização das formações discursivas como sistemas de representação que não fazem sentido senão no discurso dominante.

A ênfase, daqui em diante, está sobre o jogo contraditório das formações discursivas, sobre a relação interna, local que elas mantêm com seu exterior específico, o que equivale a considerá-las tanto do ponto de vista regional de seu interesse próprio como do ponto de vista marxista da luta de classes. Convém também, para o historiador do discurso, recenter a atenção sobre a conexão entre fatos discursivos e práticas não discursivas de maneira não homóloga, à maneira como o historiador Reinhart Koselleck (1979) põe a compreensão do real a partir de suas condições languageiras de formação, sem se confundir com ele.

Sempre seguindo Michel Pêcheux, era necessário acabar com uma concepção de formação discursiva como um bloco homogêneo relativo a uma ideologia dominante: ela é vista doravante como não idêntica a ela mesma, por referência à categoria spinozista de contradição. Tratava-se então de interrogar-se sobre a presença, em seu seio, da ideologia dominada, o que não é sem conseqüência sobre nossa escolha atual de repensar a noção de formação discursiva no quadro de uma pesquisa sobre a exclusão⁴. Enuncia-se também, nesta nova conjuntura, uma mudança na referência à tradição marxista: acentua-se, antes, a história dos grupos sociais subalternos, a exemplo de Gramsci no último volume dos *Ca-hiers de prison*^{NTS} (Guilhaumou, 1979).

Por um aparente paradoxo, é no momento em que todos os elementos são reunidos para esgotar a operacionalidade inicial da noção-conceito de formação discursiva que nós a encontramos muito presente sob a pena de Jean-Jacques Courtine (1980) e de Jean-Marie Marandin (1979), ocasião em que eles acabam de produzir uma descrição situada do dis-

curso comunista em suas respectivas teses, como se eles tivessem desejado produzir um último esforço para precisar o que fica do trabalho teórico efetuado em torno do conceito, antes de seu esgotamento. “Nós consideramos uma formação discursiva como heterogênea a ela mesma”, concluem em sua intervenção no colóquio sobre as *Matérialités discursives* (Conein et al., 1981).

Assim a noção-conceito de formação discursiva é posta *in fine* no heterogêneo, ela não remete mais aos lugares enunciativos referidos a um exterior ideológico. A descrição da relação, que nela se dá, entre intradiscurso e interdiscurso, logo do deslocamento de sujeitos, da passagem de um lugar enunciativo a outro, torna-se primordial. O metadiscorso sobre as posições enunciativas desaparece em proveito de uma atenção ao que Pêcheux chama, na introdução do colóquio *Matérialités discursives*, de “a des-localização tendencial do sujeito enunciador” na própria materialidade dos textos⁵.

Na verdade, a crítica do historiador do discurso incide então essencialmente sobre o peso do metadiscorso que tende a prender os discursos analisados em uma exterioridade ideológica. Suspeita de veicular insidiosamente este metadiscorso, logo de tornar inacessível a materialidade própria dos textos, a noção de formação discursiva não será mais utilizada pelos historiadores do discurso até a interrogação presente⁶.

Além do caso dos historiadores do discurso, a RCP^{NT9} “análise de discurso e leitura de arquivo” (1982-1983) marca bem o momento em que esta noção desaparece lexicalmente do campo de reflexão dos analistas do discurso sempre preocupados com a materialidade discursiva. Uma nova operação de leitura, *a leitura de arquivo*, retornando à concepção de arquivo em Foucault, válida, problematizando-o, o trabalho de arquivo dos historiadores do discurso⁷. Trata-se então de passar ao largo dos interesses do marxismo, a exemplo de Foucault? Não é nada disso. O interesse pelo conceito marxista de formação social não desaparece do horizonte do historiador do discurso. Se a ressonância marxista da expressão “formação discursiva” se perde em proveito de uma abordagem processual de mecanismos discursivos, ela não impede que a dimensão resultante do estudo das formações discursivas, seu valor de identidade no que toca à articulação do social e do discurso, continue, sem, para isso, passar pelo uso do termo *formação*.

Nós assistimos então a uma retirada “estratégica” do conceito de formação discursiva, ao título de sua imposição externa e em proveito de recursos interpretativos internos ao arquivo: toda uma série de categorias descritivas tomam o lugar do metadiscorso, remetido ao julgamento de saber da historiografia. Torna-se então possível inscrever o encaminhamento do historiador do discurso em uma virada interpretativa e her-

menêutica (Dosse, 1995; Guilhaumou, 1993) sobre a base, de um lado, de um Foucault “nouvel archiviste” (Deleuze, 1986), de outro, da referência maior à tradutibilidade das linguagens e das culturas em Gramsci⁸, e enfim de um tomada de consciência, graças ao sociólogo Bernard Coenein que trabalha um tempo sobre a Revolução Francesa (1981), da etnometodologia e de sua concepção da reflexividade das descrições sociais. Da formação discursiva ao enunciado de arquivo, daí em diante é questão do sujeito enunciadador, do objeto discursivo e da noção-conceito numa relação intrínseca ao próprio enunciado. Todo discurso faz parte de um enunciado, a distinção entre texto e contexto perde, durante um tempo, sua pertinência.

É aí que nossa intervenção de 1983 no colóquio *Histoire et linguistique* é significativa, ao mesmo tempo, do mecanismo de transvalorização presentemente descrito e do seu resultado, o eclipse da noção de formação discursiva. Nós traçamos o itinerário de dez anos de um historiador do discurso sem jamais usar a noção de formação discursiva, na medida em que ali está essencialmente a questão de redescoberta dos textos, sob os auspícios de uma descrição empírica da materialidade da língua no centro da discursividade do arquivo.

Nós podemos assim constatar, na leitura dos textos desta época, a evolução seguinte:

- De um procedimento de verificação de hipóteses históricas já na visada referencial, com o único objetivo de situar, no nível discursivo, efeitos de conjuntura já elencados em uma história das ideologias,

- A um procedimento de descoberta da historicidade mesma dos enunciados de arquivo sobre a base da noção de *trajeto temático* que dá *status* interpretativo à configuração de recursos provenientes da materialidade própria dos enunciados.

Além do inventário categorial mínimo desta evolução e do novo posicionamento que se segue a ela – que nós apresentamos nas entradas *História/discurso*, *configuração/arquivo* e *trajeto temático* do *Dicionário de análise do discurso* – o historiador do discurso situa daí em diante suas pesquisas discursivas na articulação entre a descrição dos enunciados de arquivo configurando um trajeto temático e o realce dos efeitos de sentido perceptível na análise de um momento do corpus. Assim são os trabalhos mais recentes de jovens historiadores do discurso, tais como Marc Deleplace (2000), a propósito da noção-conceito de *anarquia* durante a Revolução Francesa, e Didier Le Gall (2003), a propósito das principais noções-conceito do discurso liberal napoleônico: ambos enfatizando mais, a partir daí, a elaboração conceitual de noções a partir de sua dinâmica discursiva própria do que sua relação com um exterior ideológico. Da mesma forma, Damon Mayaffre (2000, 2002)

mostra, a propósito do discurso comunista dos anos 1930 na França, que a ambivalência singular deste discurso atípico deriva mais da evolução interna de seu vocabulário do que da influência externa do debate republicano.

No mesmo movimento, mas de forma mais restrita, reformula-se com um vigor aumentado, do lado dos lingüistas, no nosso caso em colaboração com Denise Maldidier, depois com Sonia Branca e Francine Mazière⁹, o interesse maior pelos funcionamentos lingüísticos precisos, marcando assim uma ancoragem do discurso na materialidade da língua. Esta preocupação está no centro da obra que publicamos, Régine Robin e eu, em 1994, sobre nossos trabalhos em comum com Denise Maldidier, depois de seu desaparecimento trágico. Nós retomamos essa preocupação dez anos depois na nossa contribuição à recente obra coletiva sobre *Résistances à l'exclusion* (Mesini, Pelen, Guilhaumou, 2004), certamente sob um novo ponto de vista, a co-construção do discurso.

É necessário concluir de tudo isso que retornar aos usos “antigos” da noção-conceito de formação discursiva não faz sentido mais na atual perspectiva do historiador lingüista? É preciso deduzir que esta noção, tendo desempenhado um papel essencial no seu tempo, não está verdadeiramente em adequação com a história lingüística dos usos conceituais (2001), tal como nós a concebemos atualmente no horizonte da conexão empírica entre a realidade e o discurso, uma conexão que deriva da distinção entre os fatos reais e os fatos de discurso, especificando que o conhecimento da realidade histórica passa pela descrição das suas condições languageiras de existência? Nós retornaremos sobre este ponto nas nossas considerações finais. É verdade que chegando à formulação central de “des-localização tendencial do sujeito enunciador” sob a pena de Michel Pêcheux, a noção “estrutural” de formação discursiva tendia a dar lugar, no domínio da história languageira dos conceitos, à noção mais dinâmica de *sujeito empírico*, um sujeito ao mesmo tempo ancorado nos blocos de realidade e pego nos efeitos discursivos transversos.

A dimensão conceitual da análise de discurso se investe doravante nas construções abstratas provenientes de materiais empíricos – na ocorrência dos elementos da língua empírica – coletados sobre a base de um *espírito de entrevista* junto a atores tanto históricos quanto contemporâneos. Ela se articula, portanto, mais facilmente com uma *história das práticas languageiras*, evitando assim a taxonomia *à priori* dos discursos X, Y, Z, que seriam as tantas formações discursivas.

Relembremos uma vez ainda que nós não estamos aqui num relato de conversão. Não se trata de justificar o abandono de um conceito, inicialmente ligado à relação complexa entre Foucault e o marxismo, em pro-

veito só da descrição de recursos textuais em uma perspectiva hermenêutica, tendo em conta o fato constatado de que estas verdades iniciais eram tomadas em um metadiscurso exterior aos textos. Ao contrário, nosso relato de uma transvaloração imanente aponta para a parte imanente de uma análise histórica dos discursos, sua relação com a materialidade da língua, valorizando as configurações textuais de acontecimentos emancipatórios, ali onde se autolegitimam porta-vozes distintos dos atores legitimados *a priori*, sempre, portanto, des-localizados em relação a um posicionamento inicial. Isto sublinha somente que o encontro, *na verdade acidental*, entre Foucault e a tradição marxista, com o auxílio da noção de formação discursiva – no sentido em que Foucault defende o marxismo enquanto elabora sua própria conceituação fora do campo marxista-althusseriano então dominante – produziu mais efeitos sobre o futuro da análise de discurso que outras noções mais heurísticas no primeiro encontro com este campo de pesquisa. Enfatizar o próprio fato da *acidentalidade* que engendra um processo de deslocamento de valores consiste em romper com a conceituação usual da construção científica de uma nova disciplina sobre a base de categorias necessárias.

Assim, ao contrário de uma análise de discurso como disciplina constituída que se interrogaria sobre a necessidade de conservar tal ou qual seus conceitos iniciais, e precisamente o de formação discursiva, o historiador do discurso se inscreve antes numa tradição interpretativa, construída em torno do marxismo, e mais largamente no espírito de maio de 1968, em que se conserva o aporte emancipatório da análise de discurso no que toca à sua forma transvalorada de um momento a outro de seu trajeto.

Longe de todo desencantamento, ficamos então num relato de metamorfoses, de transmutações, no próprio centro da tradução entre a teoria e a prática, enfim na *transvaloração imanente* que permitiu a colocação de um dispositivo relativamente estável da análise de discurso do lado da história, sem renúncia à postura marxista inicial. Contra todo o estado de coisas existentes, a descrição da materialidade dos textos focaliza nossa atenção nas práticas discursivas de sujeitos da enunciação tomados nas relações de reciprocidade no horizonte de uma atividade livre, logo emancipatória. A ênfase é posta na dimensão inventiva, logo interpretativa, do enunciado.

O que quer dizer que em torno do uso dos conceitos, nesse caso, o de formação discursiva no horizonte do marxismo, existiram recursos interpretativos, uma tradução do conceitual na prática, que abriram possibilidades e permitiram novas experimentações discursivas. A fala emancipada dos dominados está bem no fim deste percurso. Eu tentei mostrá-lo em meu trabalho sobre *La Parole des Sans* (1998). Mas faltaria então

levar a termo um itinerário complexo, mantendo os valores éticos da análise de discurso. Eu sempre evitei a aparente necessidade de reproduzir o estado de coisas em proveito de uma ênfase sobre a intencionalidade do analista do discurso, afirmada até na co-construção de sua problemática emancipatória com os recursos próprios dos atores, dos objetos e das noções-conceito. Assim, encontra-se, no nosso recente trabalho, em colaboração com Béatrice Mesini e Jean-Noël Pelen (2004), sobre os “relatos de vida” dos ditos “excluídos da sociedade contemporânea”, e da relação de suas ações emancipatórias com a tradição cívica proveniente da Revolução Francesa (Donzel, Gulhamou, 2001).

3. O espaço de co-construção em análise de discurso

Nós acabamos de ver que a dinâmica de valores de emancipação com forte aporte ético, trazida pela noção de formação discursiva, mantém-se sempre ao longo do deslocamento, no curso dos anos 1970 a 1980, do horizonte do sujeito falante próprio à análise de discurso para o que Michel Pêcheux chama “a des-localização tendencial do sujeito enunciador”. Assim o gesto inaugural da análise de discurso engrena uma *transvaloração*, no sentido em que se impõe imediatamente e se mantém, na abordagem discursiva dos materiais empíricos construídos no horizonte de um sujeito emancipado, uma relação consubstancial sobre a materialidade da língua e da discursividade do arquivo.

Inscrevendo nossos trabalhos empíricos em análise de discurso nessa perspectiva, chegamos então a nos interessar, no espaço da fala dos *sans-part*^{NT10} (Rancière, 1995) pela maneira com que se co-constrói, na troca discursiva entre o pesquisador e o membro da sociedade, uma perspectiva emancipatória mais próxima de recursos próprios dos atores ditos “excluídos”. Surge uma nova modalidade da formação discursiva?

3.1. Um encaminhamento ético

Na verdade, eu sofro freqüentemente a reprovação de meus colegas quando construo minhas descrições discursivas em empatia com os argumentos dos atores, por falta, dizem eles, de categorização do objeto de pesquisa. É verdade que eu evito, na medida do possível, todo discurso *en surplomb*^{NT11} sobre as fontes arquivísticas e as entrevistas sociológicas que constituem ao mesmo tempo meus materiais empíricos de trabalho e meus recursos interpretativos. Esse distanciamento do metadiscorso, julgado por outros significativo do domínio científico, eu nunca o experimentei com tanta acuidade quanto na pesquisa que conduzi conjuntamente com Béatrice Mesini e Jean-Noël Pelen sobre um corpus de “relatos de vida” dos ditos excluídos¹⁰. Estes dois

pesquisadores coletaram estes relatos ao longo de sua entrevista sobre a exclusão hoje na região marsehesa e no vale do Tarn (Mesini, Pelen, Guilhaumou, 2004). Assim construiu-se, de um relato ao outro, uma obra dialógica, em que se legitimam permanentemente a qualidade do posicionamento relativo entre o testemunho e o pesquisador, uma obra com valor de ponto de união entre a testemunha e o pesquisador, na medida que “ele faz com que haja *acordo* sobre o caráter irredutível de sua verdade, a qual não é ou não era dada antecipadamente”. (id, p. 226). O que reclama na verdade um certo deslocamento do pesquisador de sua posição que usualmente tem o caráter de extra-prumo^{NT12}. Assim, conclui Jean-Noël Pelen (id, p. 227), “se há posicionamento inicial do ‘entrevistador’ e do ‘entrevistado’, no qual o primeiro solicita, para sua informação o testemunho do segundo, a aceitação por este último em testemunhar faz parte de uma *complexificação da troca*, já que é o entrevistador que se torna, em definitivo para o narrador, o testemunho de sua enunciação”.

Na linha desse trabalho discursivo de natureza um pouco particular, como vamos ver, eu tive, então, o prazer de descrever o que se pode chamar um “relato construído em conjunto”, isto é, um espaço discursivo co-construído pelo entrevistador e o entrevistado, no respeito ético de cada um. Esse trabalho permitiu-me também conduzir com Jean-Noël Pelen uma reflexão sobre o espaço ético em que se experimenta, no mesmo movimento discursivo, a responsabilidade do pesquisador e a busca de emancipação do membro da sociedade dito “excluído” (Guilhaumou, Pelen, 2001).

Eu quis, então, descrever configurações de sentido inéditas contribuindo para valorizar sujeitos emergentes. Trata-se realmente de designar formas novas de subjetivação e objetos nocionais inéditos, no próprio momento em que o pesquisador toma consciência de suas responsabilidades próprias. Da análise de um relato a outro, engrenado pelo enunciado primeiro do relato “eu nasci”, eu tentei evidenciar, com a ajuda de *funcionamentos lingüísticos* precisos, um movimento conjunto de conquista da autonomia discursiva. Eu me esforcei, portanto, para tornar visível um espaço de subjetivação na co-partilha dos argumentos na própria relação entrevistador-entrevistado.

Assim, a análise discursiva dos “relatos de vida” dos ditos “excluídos” permite singularizar um *trajeto narrativo*, em particular na maneira de usar as palavras dos outros, de deslocar sua significação, de revirá-las por vezes, e certamente de as definir segundo uma nova “ordem das coisas”. Mais amplamente, ela caracteriza a capacidade e o espaço de expressão das testemunhas privilegiadas da “exclusão” contemporânea em uma busca de autonomia com forte ressonância ética.

O envolvimento do historiador lingüista na análise discursiva tende aqui a valorar a *autonomia interpretativa* dos recursos deste espaço discursivo particular, ou mesmo a lhe dar um giro realista pela descrição conjunta de suas especificidades narrativas e argumentativas. Assim, através da formação de uma identidade narrativa e argumentativa, forja-se uma lógica de existência característica de uma atividade emancipatória. Existe enfim um *interesse emancipatório* na afirmação reflexiva do *eu* no centro destes “relatos de vida”. Este interesse funda os julgamentos tanto do entrevistador quanto do entrevistado e estabelece um laço estreito entre o mundo moral e o trabalho singular do espírito que se pode designar sob a noção de razão discursiva.

A parte da *razão discursiva* na entrevista provém então, parece-me, do fato que o analista do discurso não se atém a uma única reconstrução narrativa dos trajetos de sujeitos ditos “excluídos”, e seu estudo comparativo. Ela nos remete mais especificamente aos *argumentos* da análise tal como eles são reconstruídos pela seriedade com que são levados os recursos dos co-autores da entrevista no próprio seio da dinâmica pragmática engrenada pelo enunciado primeiro do relato: “eu nasci”. Ela procede de um *reconhecimento recíproco*, onde cada um legitima o outro igualmente, mais exatamente argumenta sobre as intuições do outro, traduzindo assim a violência exercida pela sociedade sobre os ditos “excluídos” em uma certa forma de reconciliação discursiva. Na linha das estimulantes reflexões de Jean-Marc Ferry (1996), nós consideramos assim que a *reconstrução discursiva*, operada pela análise dos “relatos de vida”, descentra a narração como tal para situá-la em um *espaço de intercompreensão estruturado* pelos argumentos uma vez *compartilhados pelos protagonistas da troca no terreno*

De fato, a irrupção da fala do dito “excluído”, pela mediação do relato, confronta permanentemente o entrevistador a uma subjetividade tão impregnante que ela é irredutível a toda visão de um sujeito socialmente dependente. Então, interpelado por uma busca de autonomia, o entrevistador não se contenta em deixar que o entrevistado exprima suas convicções. Ele tem sua parte de responsabilidade na emergência da dimensão universalizante da expressão pessoal. Ele acaba por participar ativamente nos momentos produtores de argumentos no curso do trajeto dos relatos.

3.2. A re-descrição discursiva

3.2.1. O “trabalho do negativo”: análise lingüística

Tomemos o caso do relato de vida de Yannick, 32 anos, marionetista e fundador em Marselha de uma associação de defesa dos *rmistas*^{NTI3}, do qual mostramos pequenos extratos em anexo. Nós vemos imediata-

mente suceder-se em seu relato uma série de proposições negativas, sobre o lado da adversidade em sua vida, e proposições positivas portadoras de emancipação até o momento em que é o próprio entrevistador, neste caso Jean-Noël Pelen, que formula o argumento central do trajeto narrativo. Efetivamente, ele põe, para Yannick, no fim do percurso, uma questão que resume a ligação entre a série duplicada de proposições, “O que é o negativo e o positivo?”, para chegar, na seqüência da resposta de Yannick, a uma constatação emancipatória de valor definidor: “Fundamentalmente, para você, ser excluído é ser incluído”. Sigamos a análise lingüística mais de perto.

O movimento discursivo do “relato de vida” de Yannick se constrói em torno de uma conexão multiforme e imediatamente afirmada (“Eu não gosto de contar minha vida, mas ao mesmo tempo eu gosto também de fazê-lo.”), mas conceituada tardiamente pelo entrevistador sob a expressão: “o negativo e o positivo”. Esta conexão diversificada ao extremo permite então o constante desdobramento, pelo uso repetido de conectivos entre proposições distintas, até mesmo semanticamente opostas, da expressão forte de uma subjetividade que parte do “negativo” de uma vida (“Eu prefiro dizer o negativo em primeiro e o positivo depois”) para melhor instalar, em baixo relevo, o “positivo” de uma construção da identidade na exclusão (“eu encontrei uma identidade nesta exclusão”).

A escolha primeira do relato no “negativo”, nos enunciados introdutórios do relato que nós acabamos de citar, apóia-se assim sobre o uso freqüente dos conectivos, – sobretudo *e*, *mas* – que favorece a instauração progressiva de um universo de referência baseado sobre a reversão do negativo no positivo.

Constatamos que é, antes de tudo, o uso do *mas*, em posição central na estratégia dos conectivos (Ducrot, 1980), que permite, do relato de um elemento de vida a outro, valorizar gradualmente a segunda parte das proposições coordenadas, remetendo assim ao positivo, pela marca das etapas de sua emergência progressiva. Não se trata de afirmar, o que não é menos verdadeiro, que o uso repetido de conectivos é significativo enquanto tal, ainda mais porque o oral se presta bem à proliferação dos conectivos: é sua presença afirmada em um contexto de autonomização discursiva, pela liberação do positivo no negativo, que define seu valor heurístico.

Inscrevendo-se doravante em uma visão da vida que se organiza em torno da oposição incluído/excluído, localizando o posicionamento do incluído no excluído, o relato de vida, ao mesmo tempo muito “sensível” e muito “factual”, dá conta, no curso da narração, de uma existência particularmente bem completa. Certamente, a entrevista não vai até o domínio explícito da reversão, ao contrário de um outro “relato de vida”, o de

Zonpo, porque retorna ao próprio investigador tematizar esta reversão no fim do relato, mas ele fornece o feixe de elementos suscetíveis de permitir a expressão final desta reversão.

O andamento argumentativo de Yannick pode então se resumir sucintamente na dupla seqüência de enunciados tematizados como segue: /ser filho de..., é ser francês médio, é aborrecer-se/ vs /ser excluído, é encontrar, por sua energia própria, uma identidade na exclusão/.

Enfim, é o entrevistador, como dissemos acima, que formula, tematiza, ao fim do percurso, a reversão a partir de uma expressão generalizando o uso dos conectivos: “O que é o negativo e o positivo? É à margem que você encontrou sua identidade positiva. Finalmente para você, ser excluído é ser incluído”. A reiteração da cópula *é*, segundo uma gradação de um tempo presente simples sob forma interrogativa (O que *é* X?) a uma tematização contrastiva (*É em X que*) e definidora (X é Y), marca aqui a transição final para uma apresentação “positiva” multiforme de identidade na exclusão. Assim o entrevistador acaba por tematizar “a margem” por uma dupla operação discursiva de extração (Berthoud, 1992) e de definição (Riegel, 1990): ele generaliza assim “a identidade positiva” de Yannick proveniente de uma reversão do negativo inicial.

Definitivamente, este “relato de vida” constitui um movimento discursivo baseado sobre uma escolha de exposição narrativa inicial (“o negativo”) permitindo apresentar o relato de vida na sua subjetividade mesma. O “negativo” que aqui está em questão, verdadeira figura de retórica, não é o que os teóricos da literatura chamam de trabalho do negativo, em outros termos “a modalidade subjetiva do movimento” (Bergougnieux, 1991)? O “relato de vida” de Yannick seria algum tipo de fonte preparatória para uma narrativa literária mais elaborada. De fato, eu soube, uma vez terminada esta análise, que Yannick possuía atualmente uma atividade autônoma de escritura^{NT14}.

Nós podemos então falar de forma geral de uma “razão discursiva” ao mesmo tempo instituinte de uma fala de emancipação para o dito “excluído” e compartilhada com o entrevistador num espaço comunicativo, intersubjetivo.

3.2.2. A co-construção discursiva

Por fim, nessa entrevista, nós também encontramos atores emergentes no campo da luta contra a exclusão, logo engajados no movimento dos *Sans*^{NT15}. Eu aí reconheci uma vez mais o espaço do porta-voz, figura situada no centro de minhas pesquisas históricas e de minhas interrogações contemporâneas. (1998a e b).

No corpus de relato de vida, um belíssimo exemplo é o de Patrick, dito Nounours, um dos iniciadores do *Movimento Ação anti-Desemprego*.

go de Marselha. Ele se apresenta verdadeiramente como “o porta voz dos *zonards*^{NT16}”, durante a Marcha contra o Desemprego e a Exclusão de 1994. Certamente ele conserva a palavra de líder, mas para nela subverter seu papel de poder habitualmente atribuída pela classe política: “Quando eu digo líder, isso me faz reclamar porque eu não sou um ... líder, é um cara que é anarquista, que chega a fazer andar as coisas sem que tenha poder”. Ele preconiza de algum modo a dispersão do líder: “É necessário muitas pessoas que tenham um poder qualquer ou que sejam líderes”. Líder é entendido aqui no sentido do homem de ação suscitando a mobilização de cidadãos a princípio tornados passivos pela sua adversidade. De maneira presente, trata-se de um porta-voz que se designa como tal. Com o caso de Yannick já evocado, tratava-se também de uma posição de porta-voz, mas mais claramente ancorada na co-partilha progressiva dos argumentos entre o entrevistador e o entrevistado.

Insistamos finalmente sobre o que caracteriza, para nós, o próprio da atitude ética do analista do discurso: a valorização da atividade do *eu*, do espaço conferido ao indivíduo como ser livre, determinante e autônomo, logo portador de um interesse emancipatório.

Instituindo-se como ativo em um movimento subjetivo em direção à autonomia, o dito “excluído” pode afirmar “viver com as pessoas”, isto é, agir com elas tendo como finalidade “a responsabilização das pessoas por elas mesmas”, segundo os termos de Patrick. O compartilhamento torna-se assim inerente à ação no movimento. Acontece o mesmo, parece-nos, com a dimensão pragmática do “relato de vida”: o entrevistador é, segundo um papel que está por definir ainda, ao mesmo tempo co-autor e co-ator dos argumentos da narração que ele registra. A *razão etnográfica* defende o próprio pesquisador como um produto da história observada, na sua posição de co-autor apreendido pelo encontro com o Outro. A *razão discursiva* nos introduz então de maneira complementar em um “relato de vida” onde o observador-entrevistador tem seu papel de co-ator, portanto exercendo diretamente sua responsabilidade no que faz sentido no próprio centro do “relato de vida” (Guilhaumou, Pelen, 2001).

Precisemos enfim que o modo de envolvimento do pesquisador na entrevista de campo junto aos ditos “excluídos” sobre a base de seu “relato de vida” - seqüência de acontecimentos singulares não privados de preocupações universalistas – impede que se objetive o espaço das representações que cada um se dá de si próprio e dos outros, tanto as representações do entrevistador na sua maneira de seguir “o relato de vida”, reintroduzindo-o a todo momento, como aquelas do sujeito da “exclusão” em busca da autonomia discursiva.

É também por isso que essa entrevista discursiva sobre os atores do campo da exclusão desembocou na visibilidade de um *espaço de reciprocidade* entre os indivíduos ditos “excluídos”, aí incluindo seus porta-vozes, e os pesquisadores que, mesmo que compartilhando a responsabilidade ética de suas ações emancipatórias, não são os porta-vozes. Espaço de reciprocidade que nos remete à tradição cívica do gesto democrático, ao tornar-se sujeito das cidadãs e dos cidadãos. Mas seria aqui se engajar numa outra via de pesquisa que nós exploramos, conjuntamente com o sociólogo André Donzel no caso marseilhês (A. Donzel, J. Guilhaumou, 2001).

O pesquisador não deve unicamente desempenhar, no terreno de suas experimentações empíricas em análise de discurso, o papel de uma testemunha objetiva e científica, nem o de um militante engajado: ele é, também e sobretudo, só um sujeito entre outros numa experiência compartilhada onde, observador, ele mesmo é observado. Claro que ele é um membro da sociedade em posição científica legítima. Para tanto, ele acaba por reduzir a distância social do dito “excluído” pelo fato de experimentar a centralidade de um movimento de emancipação estabelecido no próprio fato da co-construção discursiva.

4. À guisa de conclusão

No seio de tal espaço de co-partilha, a noção de formação discursiva pode ainda conservar um lugar? Em um primeiro momento, nós tivemos a tendência em considerar seu desaparecimento perante a cena discursiva como definitiva, deixando, assim, vazio um lugar incessantemente preenchido por *algo que exista* e por *alguém que fale* – neste caso, a existência de um sujeito empírico – no horizonte de uma situação social dada. Mas, refletindo melhor, a formação discursiva pode designar este *algo* enquanto gênero discursivo mais elevado, na medida em que este *algo* se revela ser um assunto apropriado para o pensamento e o discurso, a realidade e a linguagem, logo inscrito em um horizonte dado, neste caso a busca social da emancipação humana. Mais simplesmente, a noção de formação discursiva remeteria, numa perspectiva nominalista, (Kaufmann, Guilhaumou, 2003), à necessária mediação da ordem do discurso entre a realidade e o pensamento: uma ordem do discurso que marca assim fortemente sua presença no centro da ligação entre a realidade e o espírito.

Falar de formação discursiva para dar conta da regularidade de enunciados dispersos e heterogêneos, no sentido de Michel Foucault, poria de volta o acento então sobre o modo original e não separado de existência do pensamento e do discurso. A formação discursiva seria

então o gênero ao qual pertenceria todo sujeito, todo objeto e todo conceito apto a significar a existência conjunta da realidade do pensamento e do discurso, pelo fato da existência empírica dos fenômenos linguageiros. Nós estamos ainda mais perto do universo dos dizíveis, isto é do ponto de encontro do uso das palavras, logo de sua utilidade, e de sua ligação com o pensamento, logo de sua verdade. O que é dito de um sujeito singular sob um conceito particular não é separável do que pode ser dito em circunstâncias empíricas dadas. É efetivamente algo que pode ser dito a respeito de um corpo humano de forma ontológica, logo de maneira distinta, permanecendo ancorado na realidade da língua¹¹.

Se importa interrogar-se sobre a essência das palavras do discurso, isto é, sobre sua dimensão ontológica, logo significar sua ancoragem referencial na única realidade do indivíduo empírico, convém ao mesmo tempo marcar sua própria existência em uma tal conexão empírica entre a realidade e o discurso. A noção de formação discursiva poderia então designar o conjunto regulado de nomes particulares ligados à generalidade de um discurso; ela nos recordaria sem cessar que o discurso procede ao mesmo tempo da particularidade dos indivíduos falantes e da generalidade de sua produção linguageira comum.

Tradução de Wedencley Alves Santana

Anexo

Yannick, entrevista com Jean-Nöel Pelen, extratos
Mesini B., Pelen J.-N., Guilhaumou J., (2004), p. 121-139.

Yannick: Para mim não é difícil, é um troço que faço raramente, eu não gosto de contar minha vida. Mas às vezes eu também gosto de fazê-lo [...] Eu sempre fui excluído dos outros, ora. Às vezes excluído e às vezes como um vagabundo que alguém reconheceu. Eu encontrei uma identidade nesta exclusão, embora eu fosse um francês médio. Eu nada tinha que me excluísse, mas eu sempre estive à parte [...] eu tenho a impressão que sempre me subestimaram em relação ao que eu valia verdadeiramente, sub-avaliado [...] Ser excluído, é encontrar, por sua própria energia, uma identidade na exclusão [...] O lado positivo também é que eu tive muitas aventuras amorosas. [...]

Eu comecei por contar toda minha vida pelo lado negativo. Eu prefiro dizer, primeiramente, tudo que há de negativo para então fazer surgir o lado positivo. E isso é modéstia, falsa modéstia que gosto muito de ter. Mas eu prefiro me passar por

um idiota^{NT17} no início e depois parecer mais inteligente do que aparento. Mostrar o bem e se imaginar. Não é uma questão de parecer, é...

Jean-Noël: De minha parte, eu não julgo nem um nem outro Yannick: Sim eu sei que você não julga, mas eu prefiro mesmo, sempre dizer o negativo em primeiro lugar e o positivo depois. Mas, apesar de tudo, a sexualidade, é a parte incontrolada da vida, é o que faz a espinha dorsal da minha vida [...].

Eu sempre fui colocado, contra minha vontade, na reivindicação. Quando eu estava na escola, no liceu, eu fui eleito representante de turma por meus colegas, e eu me pus num papel que me fez detestar os professores [...] Eu sempre gostei de observar e dizer o que não ia bem, e ser claro e nítido, e não ser hipócrita. E sempre fui excluído por isso, porque eu observo e digo o que não vai bem [...] Eu sempre fui excluído. Eu sempre me pus na exclusão. Não na exclusão, mas na reivindicação e em não seguir [...].

Jean-Noël: Quando você diz que tinha descrito o negativo em primeiro lugar, o positivo depois, o que é o negativo e o que é o positivo ?

Yannick: O negativo é a base negativa da minha vida: o que eu vivi mal, o que menos me orgulha, tudo o que me deixou um pouco deprimido no fundo, que eu tenho há muito tempo. O negativo é isso: é ter coisas que não se pode dizer verdadeiramente a todo mundo. É o que é vivido negativamente pelos outros e por mim também. E o positivo é o que faz o orgulho no meio social, o que se pode dizer e traz significação [...]. Além disso, para os excluídos, eu sou um burguês, porque eu tenho uma atitude mais burguesa, um jeito de falar um pouco burguês, aliás, quando eu estou com os excluídos, uma linguagem mais coerente e mais policiada, e quando estou com os burgueses, eu tenho mais uma linguagem de excluído. Eu desempenho freqüentemente o contra-papel, eu desempenho sempre esse mesmo papel. [...].

Jean-Noël: Você se sente excluído?

Yannick: Não, eu me sentia muito mais excluído na infância, quando não era de forma alguma excluído [...] Eu não me senti nem um pouco excluído quando vivi justamente um pouco à margem. Eu me senti mais integrado na sociedade, quando

eu estava, digamos, mais à margem da sociedade que quando eu estava completamente na sociedade.

Jean-Noël: É na margem que você encontrou sua identidade positiva.

Yannick: Positiva, é...[...] é um paradoxo, mas é isso. Eu faço mexer mais a sociedade dessa forma, estando mais na exclusão do que na própria sociedade.

Jean-Noël: Finalmente, para você, ser excluído, é ser incluído?

Yannick: Sim, é isso. É o poder do substituto. É o lado positivo do substituto. [...].

Jean-Noël: O que quer dizer “os excluídos” para você? Você fala de exclusão, o que são os excluídos, isso existe?

Yannick: Sim, isso existe. São aqueles que se consideram como excluídos, aqueles que se dizem “Eu sou excluído”. Isto é mental.

Tradução: Wedencley Alves Santana (PG-IEL/Unicamp)

Notas

- * Artigo publicado originalmente na revista eletrônica *Texto!* (www.revue-texto.net), em junho de 2004.
- NT1. Publicado no Brasil, como *Dicionário de Análise do Discurso*, pela Editora Contexto.
- NT2. *Transvaluation* – originalmente em Nietzsche, como um reenquadramento que traz mudanças na perspectiva de valores.
- NT3. Revistas de referência para esse debate na época.
1. Jovem pesquisador, eu participei dos trabalhos preparatórios desta obra, cujo contrato na Armand Colin NT18. foi inicialmente assinado por Régine Robin e por mim. Mas eu tive que renunciar a esta colaboração para me dedicar inteiramente ao *concours de l'agrégation* NT19.
 2. Etienne Balibar, no prefácio da reedição de *Pour Marx* (1996), sublinhou o fato de que a definição althusseriana de ideologia, no fundo, jamais variou. Ela sempre designou “a forma de consciência e de inconsciência, de reconhecimento e de desconhecimento, nas quais os indivíduos vivem imaginariamente sua relação com suas condições de existência” (p. X).
 3. Eu tinha notado (1975a) este deslocamento em meu primeiro artigo “sintético” publicado no mesmo número de *Dialectiques*, sob o título de minha tese de doutorado em curso, *Idéologies, discours et conjoncture en 1793* (1978). No subtítulo *Quelques réflexions sur le jacobinisme*, eu designava então uma temática, o jacobinismo, que eu jamais abandonei desde então, incluindo sua relação com o marxismo, como o prova o título de um artigo recente (2002b), “*Jacobinisme et marxisme: le libéralisme politique en débat*”.

- NT4. Nesta cidade, duas grandes manifestações tiveram lugar. A maior, convocada pelo Partido Comunista, em resposta a um questionamento anterior, reuniu 350 mil pessoas. O governo De Gaulle, atemorizado pela mobilização, resolveu reagir, dissolvendo o parlamento logo depois.
- NT5. É possível que o termo aqui tenha origem na noção de *masquage* sonora, que é a capacidade de um som mais forte encobrir um som mais fraco de mesma frequência que lhe segue ou antecede.
- NT6. O maior jornal da época (1790) da Revolução Francesa, editado por Jacques-René Hébert (1757-1794). Em 1793, o jornalista adota o programa dos “enragés” – esquerda atéia. Foi preso e executado no mesmo ano.
- NT7. Líder dos *sans-cullote*.
4. Ver a terceira parte.
- NT8. *Cadernos do cárcere*.
5. Esta formulação teórica se traduzirá em nossos primeiros estudos empíricos sobre os porta-vozes jacobinos em contraste com a fala dominante dos atores legitimados *a priori*, e devia nos levar a um interesse particular pela fala dos *sans* (1991, 1992, 1998a e b). É efetivamente no curso dos anos 1980 que nós nos conduzimos realmente a uma vasta pesquisa nos arquivos sobre os “*missionnaires patriotes*” com o objetivo de restituir os recursos interpretativos de seus atores distintos dos notáveis jacobinos, antes de vir, na seqüência dos acontecimentos de 1995, a nos interessar pelos porta-vozes do movimento social.
6. Com uma exceção notável, no entanto, a de Marc Delaplace em seu artigo de 1996, e autor além disso de uma obra em história do discurso sobre a noção de anarquia (2000).
- NT9. *Recherche Cooperative sur Programme*, modalidade de grupo de pesquisa.
7. É na época em que, ao mesmo tempo, nós levamos a termo nossas pesquisas sobre a questão das subsistências no século XVIII e sobre a propagação das palavras de ordem na descrição discursiva em 1793 em torno de acontecimentos maiores, por exemplo a morte de Marat, publicando-as todas através de um longo período (1984b, 1986, 1989, 2000).
8. Longe de nós, portanto, a idéia de re-evocar a referência ao marxismo. Pelo contrário, a própria tradição marxista valoriza muito a dimensão interpretativa contra a tendência de suas primeiras formulações – no trajeto da Revolução Francesa no jovem Marx – pelo fato percebido da tradutibilidade entre a linguagem política francesa e a filosofia prática alemã, como indicamos em um artigo de balanço de 1996, significativamente intitulado “*Révolution Française et tradition marxiste: une volonté de refondation*”.
9. Ver sobre este ponto, nossa reflexão apresentada conjuntamente por Sonia Branca-Rosoff, André Collinot, Francine Mazière e nós mesmos, sobre “*Questions d’histoire et de sens*” (1995).
- NT10. Aqueles que não compartilham dos bens comuns da sociedade.
- NT11. “Em extra-prumo”, metaforicamente tomado como um discurso fora do próprio movimento do pensamento posto por ele em questão.
10. Eu escolhi introduzir esta pesquisa em primeira pessoa, com o fim de individualizar meu encaminhamento o mais próximo do material da entrevista, no seio de um campo de pesquisa balizado por outras abordagens mais diretamente ligadas ao campo da entrevista.
- NT12. Originalmente, “de sa position surplombante usuelle”.
- NT13. Aqueles que recebem um seguro desemprego. RMI significa Revenu Minimum d’Insertion, daí a expressão *rmistas*.

- NT14. No original: "...une activité autonome d'écriture". Preferimos uma tradução aproximada, por, nesse caso, não se tratar de conceito, mas sim "atividade".
- NT15. (N.T.) Referência aos Sans culottes.
- NT16. (N.T.) Gente da periferia, não só no sentido urbano, mas também geopolítico e, mais amplamente, social.
11. A esse respeito, coloca-se o problema do lugar da análise de discurso numa tentativa de unificar as problemáticas da significação em ciências da linguagem, para retomar uma fórmula de François Rastier (1991). Se as perguntas lógicas remetem-nos à referência, a pragmática do lado da inferência, e a semântica do lado da diferença, o discurso não coloca o problema da co-referência, pelo fato de estabelecer uma conexão entre o que faz diferença no uso discursivo e o que faz referência na realidade, contra qualquer questionamento inferencial? Fica por reformular, neste quadro, o caráter fundamentalmente interpretativo da análise de discurso, tendo em conta a importância do questionamento hermenêutico no seu seio. Convém aqui, parece-nos, privilegiar o percurso interpretativo das noções em uso no discurso sobre o seu valor tanto referencial como diferencial, por conseguinte de retornar ao fenômeno da co-construção.
- NT17. *Con* vem de *connerie* que, entre tantos significados pejorativos, pode ser traduzido por idiotia, que, muitas vezes, no entanto, aparece como um fingimento de idiotia, ironia crítica à inteligência.

Referências bibliográficas

- Althusser, L. (1965/1996) *Pour Marx*, avant-propos d'Etienne Balibar, Paris, La Découverte.
- Auroux, S. (1998) *La raison, le langage et les normes*, Paris, PUF.
- Bergounioux, P. (1980) Le tremblement authentique, *Quai Voltaire*, N°3.
- Berthoud, A.-C. (1992) Deixis, thématization et détermination, *La deixis*, Morel A.-M., Danon-Boileau, L. éds, Paris, PUF, pp. 527-542.
- Bourg J. (2002) Les contributions accidentelles du marxisme au renouveau des droits de l'homme en France dans l'après-68, *Actuel Marx*, N°32, pp.125-138.
- Branca-Rosoff, S. et al. (1995) Questions d'histoire et de sens, *Langages*, 117, pp. 54-66.
- Charaudeau, P., Maingueneau, D. (2002), *Dictionnaire d'analyse du discours*, Paris, Seuil.
- Chaurand, J. éd. (1990), *La définition*, Paris, Larousse.
- Conein, B. (1981) La position de porte-parole dans la Révolution française, *Peuple et pouvoir*, Presses Universitaires de Lille, pp. 153-164.
- Conein, B., Pêcheux, M. et al., eds (1981), *Matérialité discursives*, Presses Universitaires de Lille.
- Courtine, J.J. (1982), *Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens*, *Langages*, N°62.
- Deleplace, M. (1996), La notion d'anarchie pendant la Révolution française. Un parcours méthodologique en analyse de discours", *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 43-2, avril-juin 1996.

- Deleplace, M. (2000), *L'anarchie de Mably à Proudhon (1750-1850). Histoire d'une appropriation polémique*, Lyon, ENSéditions.
- Deleuze, G. (1986), *Foucault*, Paris, Editions de Minuit.
- Détrie, C., Siblot, P., Verine, B. eds (2001), *Termes et concepts pour l'analyse du discours. Une approche praxématique*, Paris, Champion.
- Donzel, A., Guilhaumou, J. (2001) Les acteurs du champ de l'exclusion à la lumière de la tradition civique marseillaise, *Exclusions au cœur de la Cité*, D. Schnapper ed., Paris, Anthropos, pp. 69-100.
- Dosse, F. (1995), *L'empire du sens. L'humanisation des sciences humaines*, Paris, La Découverte.
- Ducrot, O. et al. (1980), *Les mots du discours*, Paris, Editions de Minuit.
- Fairclough N. (2003), *Analysing Discourse. Textual analysis for social research*, London, Routledge.
- Faye, J.-P. (1972), *Langages totalitaires*, Paris, Hermann.
- Faye, J.-P. (1997), *Qu'est-ce que la philosophie ?*, Paris, A. Colin.
- Ferry, J.-M. (1996), *L'éthique reconstructive*, Paris, Editions du Cerf.
- Foucault, M. (1979), *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard.
- Foucault, M. (1994), *Dits et écrits*, trois volumes, Paris, Gallimard.
- Grenon, M., Robin, R. (1974) Pour la déconstruction d'une pratique historique, *Dialectiques*, N°10-11, pp. 5-32.
- Guilhaumou, J. (1975a) Idéologie, discours et conjoncture en 1793, *Dialectiques*, N°10-11, pp.33-58.
- _____. (1975b) Moment actuel et processus discursif: Hébert et Roux, *Bulletin du centre d'analyse de discours*, N°2, Presses Universitaires de Lille, pp. 147-173.
- _____. (1978) *Discours, idéologies et conjoncture. L'exemple des discours révolutionnaires (1792-1794)*, Thèse de 3^{ème} cycle, Université de Provence, M. Vovelle dir.
- _____. (1979) Hégémonie et jacobinisme dans les Cahiers de prison. Gramsci et l'histoire de la France contemporaine, *Cahiers d'histoire de l'Institut Maurice Thorez*, N°32-33, pp.159-187.
- _____. (1980) Orientaciones actuales sobre et analisis del discurso político contemporane, in *Estudios sobre la Revolucione francesca y el final del antiguo regimen*, Madrid, Aka/Universitaria, pp. 165-198.
- _____. (1984a) Itinéraire d'un historien du discours, Actes du colloque *Histoire et linguistique*, Paris, Editions de la MSH, pp.33-42.
- _____. (1984b) Substances et discours publics dans la France d'ancien régime (1709-1785), *Mots*, N°9, pp. 57-87.

- _____. (1986) La mort de Marat à Paris. Description d'un événement discursif, in *La mort de Marat*, Paris, Flammarion, pp. 39-81.
- _____. 1793. *La mort de Marat*, Bruxelles, Complexe.
- _____. (1991) Les porte-parole et le moment républicain (1791-1793), *Annales E.S.C.*, pp. 4-91.
- _____. (1992) *Marseille républicaine (1791-1793)*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences politiques.
- _____. (1993) A propos de l'analyse de discours: les historiens et le "tournant linguistique", *Langage et société*, n° 65, pp.5-38.
- _____. (1998a) *L'avènement des porte-parole de la République (1789-1792)*, Lille, Presses du Septentrion.
- _____. (1998b) *La parole des sans. Les mouvements actuels à l'épreuve de la Révolution française*, Lyon, ENS Editions.
- _____. (2000a) Subsistances (pain, bled, grains), in *Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich, 1680-1820*, Heft 19, Munich, Oldenbourg, pp. 141-202.
- _____. (2000b) De l'histoire des concepts à l'histoire linguistique des usages conceptuels, *Genèses*, 38, pp. 105-118.
- _____. (2001) La connexion empirique entre la réalité et le discours. Sieyès et l'ordre de la langue, *Marges-linguistiques.com*, N°1.
- _____. (2002a) Histoire/discours, archive/configuration, trajet thématique, événement discursif/linguistique, in *Dictionnaire d'analyse de discours*, Paris, Seuil.
- _____. (2002b) Jacobinisme et marxisme: le libéralisme politique en débat, *Les libéralismes au regard de l'histoire, Actuel Marx*, 32, pp. 109-124.
- _____. (2003) Geschichte und Sprachwissenschaft: Wege und Stationen in der 'analyse du discours', in *Handbuch Sozialwissenschaftliche Diskursanalyse*, R. Keller und al. (Hrsg.), Band 2, Opladen, Leske+Budrich, 2003, traduction et présentation de Reiner Keller, 2003, pp. 19-65.
- Guilhaumou J. , Maldidier D. (1979) Courte critique pour une longue histoire, *Dialectiques*, N°26, pp. 7-23.
- _____. Robin R. (1989) Jalons dans l'histoire de l'analyse de discours en France: un trajet des historiens du discours, *Discours social*, pp. 3-89.
- _____. (1994) *Discours et archive. Expérimentations en analyse de discours*, Liège, Mardaga.
- Guilhaumou J., Pelen J.-N. (2001) De la raison ethnographique à la raison discursive. Les récits de vie dans le champ de l'exclusion, in Terrenoire (Jean-Paul), *La responsabilité des scientifiques*, Paris, L'Harmattan, pp. 277-292.

- Guilhaumou J., Robin R. eds (1975) Sur la Révolution française, *Bulletin du Centre d'analyse de discours de Lille III*, N°2
- Habermas, J. (1976), *Connaissance et intérêt*, Paris, Tel Gallimard.
- Habert, B., Nazarenko, A., Salem, A., *Les linguistiques de corpus*, Paris, A. Colin
- Haroche, C., Henry, P., Pêcheux ; M. (1971) La sémantique et la coupure sausurienne: langue, langage, discours, *Langages*, n°24, pp. 93-106.
- Jäger, S. (1999), *Kritische Discursanalyse*, Duisburg : DISS.
- Kaufmann, L., Guilhaumou, J. eds (2003), *L'invention de la société. Nominalisme politique et science sociale au 18^{ème} siècle*, collection "Raisons pratiques", Paris, Editions de l'EHESS.
- Keller, R. (2004), *Diskursforschung. Eine Einführung für SozialwissenschaftlerInnen*, Opladen, Leske+Budrich.
- Keller, R., Hirsland, A., Schneider, W., Viehöver, W. hrsg. (2001-2003), *Handbuch Sozialwissenschaftliche Diskursanalyse*, Band 1 et 2, Opladen, Leske+Budrich.
- Koselleck, R. (1979/1990), *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, Paris, Editions de l'EHESS.
- Le Gall, D. (2003), *Napoléon et le Mémorial de Saint-Hélène. Analyse d'un discours*, Paris, Kimé.
- Maldidier, D., Robin, R. (1976/1994) Du spectacle au meurtre de l'événement. Reportages, commentaires et éditoriaux à propos de Charléty (mai 1968), *Annales E.S.C.*, 3-1976. Repris dans *Discours et archive...*, *op. cit.* pp. 19-74.
- Marandin, J. M. (1979), *Problèmes d'analyse de discours. Essai de description du discours français sur la Chine*, *Langages* N°55.
- Mayaffre, D. (2000), *Le poids des mots. Le discours de gauche et de droite dans l'entre-deux-guerres*, Paris, Honoré Champion.
- Mayaffre, D. (2002) 1789/1917: l'ambivalence du discours révolutionnaire des communistes français des années 1930, *Mots*, N°69, pp. 65-80.
- Mésini, B., Pelen, J.-N., Guilhaumou, J. eds. (2004), *Résistances à l'exclusion. Récits de soi et du Monde*, Aix-en-Provence, Publications de l'Université de Provence, 2004.
- Pêcheux, M. (1981) Ouverture, in Bernard Conein et alii eds., *Matérialités discursives*, Lille, Presses Universitaires de Lille, pp.15-18.
- Pêcheux, M. (1975), *Les vérités de la Palice*, Paris, Maspéro.
- Pêcheux, M. (1990), *L'inquiétude du discours*, textes de Michel Pêcheux présentés par Denise Maldidier, Paris, Editions des Cendres.
- Rancière, J. (1995), *La Méésentente*, Paris, Galilée
- Rastier, F. (1991), *Sémantique et recherches cognitives*, Paris, PUF.

- Riegel, M. (1990) La définition, acte de langage ordinaire. De la forme aux interprétations, in Chaurand, J., éd., *La définition*, Paris, Larousse, pp. 97-110.
- Robin, R. (1973) *Histoire et linguistique*, Paris, A. Colin.
- Robin, R. (1976) Discours politique et conjoncture, in *L'Analyse du discours/Discourse Analysis*, sous la dir. de P. R. Léon et H. Mitterand, Montréal: Centre éducatif et culturel, pp. 137-154
- Sarfati, G.-E. (1997), *Eléments d'analyse du discours*, Paris, Nathan/Université, 1997.

Palavras-chave: formação discursiva, Análise do Discurso Francesa, história, conhecimento

Key-words: discursive formation, French Discourse Analysis, history, knowledge